

ATA DA 315^a ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 10 de outubro de 2014

3 No décimo dia do mês de outubro de dois mil e quatorze, às treze horas e trinta
4 minutos, no CEDCA, Rua Correia de Araújo, 93, Graças, Recife/Pernambuco é
5 realizada trecentésima décima quinta Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de
6 Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a
7 presença dos seguintes conselheiros(as): Nivaldo Pereira da Silva, titular do **Centro**
8 **de Estudos e Desenvolvimento Social - CEDES**; Mallon Francisco Felipe Rodrigues
9 de Aragão, titular da **Associação Comunitária Inajá Mendes**; Rosa Maria Lins de
10 Albuquerque de Barros Correia, titular do **Gabinete do Governador** e Tiago Florêncio
11 de Oliveira, suplente do **Gabinete do Governador**; Lidyane Lopes de C. Ferreira,
12 titular da **Secretaria da Criança e da Juventude**; Jose Ricardo de Oliveira, titular do
13 **CENDHEC** e Natuch Pinto de Lira, suplente do **CENDHEC**; Evanilson Alves de Sá,
14 suplente da **Secretaria de Educação**; Lourdes Viana Vinokur, titular da **Associação**
15 **PODE**; Alessandra Fam Galvão Machado e Silva, titular da **Secretaria de Saúde**;
16 Fabiana Novelino Mariz, suplente do **Centro De Integração Empresa Escola De**
17 **Pernambuco - CIEE/PE**; Joelson Rodrigues Reis e Silva, titular da **Secretaria de**
18 **Desenvolvimento Social e Direitos Humanos**. Também se registra a presença da
19 **Diretora Executiva do CEDCA**, Lídia de Oliveira Lira e dos seguintes membros da
20 equipe técnica do CEDCA: Ana Paula Leão, Nely Barbosa, Márcia Santos, Ana
21 Elisabeth Hale, Mariama Oliveira, José Clemente Neto, Neilma Rodrigues Paulo,
22 Danielly dos Santos Mendes (estagiária do setor jurídico). Outras participações:
23 Geraldo Nóbrega do Fórum Nacional dos Conselhos e Ex-Conselheiros Tutelares de
24 Pernambuco – FCNCT/PE, Dra. Jecqueline G. A. Elinimas do CAODIJ – Ministério
25 Público de Pernambuco – MPPE, Irismar Santana da Silva da UNICEF – Recife,
26 Verônica Alves da Silva do Fórum DCA, Romero Silva do Movimento Tortura Nunca
27 Mais, Leonardo E. de A. Lima do COMDICA de Vitória de Santo Antão, Cleide Nunes
28 Tenório do Conselho Tutelar I de Caruaru, Nivaldo Benício Soares Júnior do Conselho
29 Tutelar II de Caruaru, Maria Nazaré da S. Barros do Conselho Tutelar I de Caruaru,
30 Roseana Maria de Lima e Daniel Barros da Secretaria Estadual da Criança e
31 Juventude - SCJ, Geralison Ribeiro da AMCONTEPE, Alexandre Nápoles Filho do
32 COMDICA de Recife, Dra. Rosa Maria S. da Carvalheira da 32^a PJDCC do MPPE e
33 Marcelo Teles do Departamento de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA. A
34 Plenária é coordenada pela presidente Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros
35 Correia, que inicia com a aprovação da pauta, a conselheira Lourdes Viana solicitou
36 um acréscimo inserindo o item “Coletiva de Imprensa”, que tratou da representação do
37 CEDCA/PE em relação ao governo de Pernambuco no que se refere a falta de
38 garantia de recursos para a manutenção do CEDCA/PE e outras providências no em
39 relação a implementação de ações sob competência do Conselho Estadual de Defesa
40 dos Direitos da Criança e do Adolescente. A presidente Rosa Barros informou sobre o
41 estado de saúde da conselheira Jaciara Arruda e Lídia Lira destacou a importância da
42 contribuição da conselheira no CEDCA/PE e recomendou gestos de atenção no
43 momento em que a conselheira enfrenta problemas de saúde. A conselheira
44 Alessandra Fam sugeriu a formação de um grupo de conselheiros no aplicativo
45 Whatsap, para possibilitar uma comunicação frequente. Nesse momento a assessora

46 de imprensa Mariama Oliveira do CEDCA criou o grupo de conselheiros no aplicativo,
47 já disponibilizando para troca de mensagens. A presidente Rosa Barros iniciou a
48 plenária com a apresentação de Marcelo Teles, convidado para socializar a estrutura
49 e o funcionamento do DPCA (organização, fluxo de atendimento, delegacias, trabalho
50 preventivo). O conselheiro Joelson Rodrigues formulou as seguintes questões: a ação
51 preventiva é um projeto piloto? É planejada para outros lugares fora a região
52 Metropolitana do Recife?; Existe uma limitação do DPCA para atender a demanda do
53 Estado? Marcelo Teles respondeu que apesar da reduzida equipe, o planejamento
54 viabiliza o atendimento da demanda, explicou sobre a ação "Família Segura". A
55 conselheira Lourdes Viana solicitou resposta sobre o caso de Gravatá (Entidade
56 Oliveira Verde), (solicitou informações sobre os encaminhamentos feitos pela
57 conselheira Gicelia) informou que os encaminhamentos foram dados pela conselheira
58 Giselly, Marcelo não soube responder, pois seu trabalho trata da área de prevenção. O
59 conselheiro José Ricardo questionou se o DPCA pretende capacitar policiais civis para
60 uma intervenção mais qualificada. Marcelo respondeu ser essa uma atribuição da
61 Polícia Civil, (não sendo papel da DPCA) (e que nesse sentido há possibilidade).
62 Geraldo Nóbrega informou sobre a descentralização do DPCA para cobertura mais
63 ampla no Estado e mencionou ser importante o CEDCA apoiar essa ideia. O
64 conselheiro Mallon Francisco chamou atenção para a importância de (o CEDCA)
65 contemplar (essa matéria) (as matérias deliberadas pelo CEDCA) no PPA 2016. A
66 discussão alcançou questões relacionadas a importância do fluxo entre o sistema de
67 Garantia de Direitos. Nesse sentido, Lídia Lira informou que a Cartilha de Fluxos,
68 publicada pelo CEDCA PE é utilizada pelo DPCA, sendo a informação confirmada por
69 Marcelo. O ponto seguinte da pauta indica o processo de escolha unificada dos
70 conselheiros tutelares. O conselheiro Nivaldo Pereira socializou a oficina sobre o
71 processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares em 2015 promovido pelo
72 CONANDA onde participaram também Geraldo Nóbrega, Silvino Neto e Alexandre
73 Nápoles. Geraldo Nóbrega, representante do FNTC/PE, citou os seguintes pontos em
74 relação ao processo: disponibilizar cópias das portarias padronizadas; considerar que
75 grande parte dos municípios não trabalham com a Lei 12.696; que as urnas
76 eletrônicas não estão garantidas para todos os municípios; que é preciso garantir a
77 presença de promotores em todas as comarcas. A proposta é que o CEDCA delibere
78 sobre a formação de um Grupo de Trabalho - GT para apoiar os municípios na
79 discussão do processo de escolha unificado. O conselheiro Mallon Francisco se
80 preocupa com o orçamento definido por diversos municípios (que constituíram GT's e
81 comissões regionais). O conselheiro Joelson Rodrigues sugere um GT
82 interinstitucional. O GT foi aprovado pelo Pleno com a seguinte composição: dois(2)
83 representantes do CEDCA, um(1) da AMUPE, FCCT, SCJ, AMCONTEPE, Fórum DCA
84 e Escola de Conselhos. Foram aprovado Encontros Regionais para construção de
85 Editais junto com os Conselhos Municipais. O (Pleno reafirmou) (o conselheiro Malon
86 Francisco afirmou) que o GT não delibera. (Leonardo Lima afirmou que o GT) tem o
87 papel de fortalecer os Conselhos. O conselheiro Joelson Rodrigues citou as metas
88 para o GT: realizar encontros regionais, manter contato com o TRE para solicitar urnas
89 e, assessoria técnica para elaboração dos editais. Alexandre colocou a importância de
90 provocar os prefeitos para colocar a proposta no orçamento. A presidente Rosa Barros
91 sugere enxugar a comissão para torná-la exequível. A primeira reunião ficou agendada
92 para o dia 23 de outubro de 2014 às 9h no CEDCA. Verônica encaminhará documento
93 solicitando a participação do COMANAS. O conselheiro Nivaldo Pereira solicita que a
94 representante da SCJ apresente as ações desenvolvidas pela Gerência de

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Correia de Araújo, 93 Graças CEP 52011-290 Recife - PE Tel. (81) 3184 7000
CNPJ 10.5710982/0001-25 www.cedca.pe.gov.br - cedca@cedca.pe.gov.br

95 Fortalecimento e Articulação dos Conselhos Tutelares e de Direitos, que envolvem:
 96 trabalho com o SIPIA/CT WEB, Banco de Dados (municipal, estadual e nacional),
 97 processo de avaliação das capacitações feitas pelo Núcleo de Formação Continuada
 98 para fortalecimento dos Conselhos e equipe técnica. O conselheiro Nivaldo Pereira
 99 pediu esclarecimento em relação ao fato de que as ações da secretaria continuam a
 100 não serem deliberadas pelo CEDCA. Geralison colocou que a precariedade dos
 101 Conselhos Tutelares - CT também ficaram sem resposta da SCJ e que não reconhece
 102 esse espaço de formação sem discussão com os CT's. Geraldo lembrou que o
 103 CONANDA criou parâmetros para a criação da Escola de Conselhos. O conselheiro
 104 Mallon Francisco ratifica a fala do conselheiro Nivaldo Pereira e solicitou que o
 105 CEDCA elabore uma Nota de Repúdio contra a SCJ. A conselheira Lourdes Viana
 106 concorda e aprova a Nota de Repúdio e afirma que a secretaria está na contramão do
 107 SGD. O conselheiro José Ricardo solicita aos representantes da secretaria resposta
 108 às indagações. Daniel esclarece que não houve intenção de desrespeito às
 109 instituições, responde que foram oficiados a Prefeitura e o Ministério Público e ainda
 110 explica que o Núcleo não é Escola. Roseana informou que as ações são continuadas
 111 porque acontecem desde 2012. A conselheira Lidyane Lopes afirma que a mudança
 112 foi apenas de espaço físico. O conselheiro Joelson Rodrigues informou conhecer o
 113 trabalho, que é anterior a SCJ, e que a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos
 114 Humanos – SEJUDH faz esse acompanhamento, acredita que o termo “núcleo” tornou
 115 o entendimento confuso. A presidente Rosa Barros fez os seguinte encaminhamento:
 116 discussão posterior com pauta específica. **A Câmara de Políticas Públicas**
 117 inicialmente apresenta o Termo de Compromisso e a Nota Técnica da
 118 UNICEF/CENDHEC. **Em resposta a solicitação da entidade Pró-cidadania e foi
 119 recomendado uma ação em conjunto com a Escola de Conselhos.** Foi solicitado que
 120 fosse enviado para os conselheiros as informações da GRE Recife Norte sobre
 121 Fernando de Noronha. Lídia enfatizou a importância da discussão sobre a 1ª infância,
 122 foi deliberado que será marcada reunião para discutir o tema. O conselheiro Nivaldo
 123 Pereira citou que o Projeto apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e
 124 Direitos Humanos – SEDSDH, para o PPCAAM, analisado e discutido pela manhã
 125 com os conselheiros foi aprovado com sugestão de acompanhamento do Projeto. **A
 126 Câmara de Orçamentos, Finanças e Medidas Socioeducativas e Protetivas**
 127 solicita informações sobre o registro das unidades da FUNASE e sugerido que fosse
 128 analisado cada caso. O conselheiro José Ricardo sugeriu que uma orientação mais
 129 adequada fosse seguida. Foi encaminhado pela presidente Rosa Barros que o assunto
 130 será abordado em reunião extraordinária.
 131 Em seguida, a presidente agradece a presença e participação de todos(as),
 132 encerrando a Assembleia. Para constar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pela
 133 presidente.

134 **Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia**

135
136
137